



**CONFORME SOLICITAÇÃO DO AUTOR, ESTA  
PRODUÇÃO INTELECTUAL POSSUI RESTRIÇÃO  
DE ACESSO**

**CAXIAS DO SUL  
2025**

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
MESTRADO ACADÊMICO

DAIANE BOROWICC

DIREITOS AMBIENTAIS E DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA ECOFEMINISTA:  
UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO BRASIL, BOLÍVIA E EQUADOR

CAXIAS DO SUL  
2025

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
MESTRADO ACADÊMICO**

**DAIANE BOROWICC**

**DIREITOS AMBIENTAIS E DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA ECOFEMINISTA:  
UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO BRASIL, BOLÍVIA E EQUADOR**

Programa de Pós-Graduação em Direito -  
Mestrado Acadêmico da Universidade de  
Caxias do Sul, sob orientação da  
Professora Doutora Cleide Calgaro

**CAXIAS DO SUL  
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

B736d Borowicc, Daiane

Direitos ambientais e de gênero sob a perspectiva ecofeminista [recurso eletrônico] : uma análise constitucional do Brasil, Bolívia e Equador / Daiane Borowicc. – 2025.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2025.

Orientação: Cleide Calgaro.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Direito ambiental. 2. Ecofeminismo. 3. Direito constitucional. 4. Justiça ambiental - América Latina. I. Calgaro, Cleide, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 349.6

**“Direitos Ambientais E De Gênero Sob A Perspectiva Ecofeminista: Uma Análise Constitucional Do Brasil, Bolívia E Equador”**

**Daiane Borowicc**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Direito, Área de Concentração: Direito Ambiental e Sociedade.

Linha de pesquisa: Direito Ambiental e Novos Direitos.

Caxias do Sul, 02 de dezembro de 2025.

Profa. Dra. Cleide Calgaro (Orientadora)  
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Talissa Truccolo Reato  
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira  
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Deilton Ribeiro Brasil  
Universidade de Itaúna - UIT

Profa. Dra. Maria Claudia Antunes de Souza  
UNIVALI

Ao meu filho Antônio, cuja existência ilumina cada etapa da minha vida e dá sentido aos meus esforços. Sua presença doce e curiosa, mesmo nos dias mais desafiadores, foi a força silenciosa que me sustentou enquanto este trabalho tomava forma.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Dra. Cleide Calgaro, cuja dedicação, sensibilidade acadêmica e firmeza intelectual foram fundamentais para que esta pesquisa encontrasse direção, profundidade e consistência. Sua orientação generosa e sempre acolhedora iluminou meu percurso, inspirou minhas reflexões e ampliou meus horizontes. Sou imensamente grata pela confiança depositada em mim e pelo compromisso constante com a construção deste trabalho.

À banca examinadora, por aceitar o convite e contribuir com olhares atentos, críticas construtivas e sugestões que enriquecem não apenas esta dissertação, mas também minha formação enquanto pesquisadora.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da UCS, cujos ensinamentos, debates e inquietações intelectuais moldaram minha compreensão crítica do Direito e ampliaram minha perspectiva sobre seu papel social. Às funcionárias do programa, meu reconhecimento pela disponibilidade, pela atenção e pelo suporte diário, sem os quais a caminhada seria muito mais difícil.

Aos colegas e amigos que o PPGDir me trouxe, pela parceria, pelas trocas teóricas e pelas conversas que fortaleceram os laços e tornaram o percurso mais leve. Dividir a jornada com pessoas tão comprometidas e generosas foi um privilégio e uma fonte constante de motivação.

Estendo minha gratidão a todas as mulheres, acadêmicas, militantes, trabalhadoras, mães, cuidadoras, pensadoras que abriram caminhos antes de mim. Suas vozes, histórias e resistências tornaram possível que outras mulheres, como eu, chegassem até aqui. Este trabalho também se inspira na força, na luta e na esperança que cada uma delas representa.

Agradeço, de maneira especial, ao meu parceiro, Leandro, cuja generosidade, paciência e suporte emocional foram fundamentais durante toda esta caminhada.

Por fim, estendo meus agradecimentos à minha família, que sempre foi meu alicerce mais firme. À minha mãe, Inaiara, pela sensibilidade, coragem e apoio incondicional. Aos meus irmãos, Franciele, Geliel e Samuel, pela parceria, pelos incentivos e pela presença constante, mesmo nos momentos em que a rotina acadêmica exigiu mais tempo e silêncio.

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”

Simone de Beauvoir

## RESUMO

A crescente complexidade das crises socioambientais contemporâneas evidencia a necessidade de abordagens jurídicas que superem a fragmentação entre direitos ambientais e direitos de gênero nos ordenamentos constitucionais latino-americanos. O problema que orienta esta pesquisa reside justamente na forma setorial com que tais direitos são tradicionalmente tratados, o que dificulta a construção de respostas jurídicas integradas às desigualdades sociais e ecológicas. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar de que maneira os princípios do ecofeminismo podem ser incorporados às Constituições do Brasil, da Bolívia e do Equador, a fim de promover uma abordagem interseccional entre os direitos ambientais e de gênero. A relevância da pesquisa justifica-se pela contribuição teórica e prática do ecofeminismo enquanto perspectiva crítica capaz de articular justiça social, proteção ambiental e equidade de gênero, especialmente em países marcados por alta biodiversidade, desigualdades estruturais e forte presença de povos e comunidades tradicionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-documental, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica especializada e análise comparativa dos textos constitucionais dos três países selecionados. Os resultados indicam que as Constituições da Bolívia e do Equador apresentam maior aproximação com os princípios ecofeministas, sobretudo pelo reconhecimento dos direitos da natureza, da plurinacionalidade e da valorização de saberes tradicionais. Em contrapartida, a Constituição brasileira, embora avance na proteção ambiental e nos direitos de gênero, ainda trata essas dimensões de forma dissociada. Conclui-se que a incorporação de uma perspectiva ecofeminista nos marcos constitucionais pode fortalecer a articulação entre justiça ambiental e justiça de gênero, contribuindo para a construção de um constitucionalismo mais inclusivo, sustentável e comprometido com a dignidade humana e a integridade ecológica.

**Palavras-chave:** Ecofeminismo; Direito Constitucional; Justiça Ambiental; Gênero; América Latina.

## ABSTRACT

The increasing complexity of contemporary socio-environmental crises highlights the need for legal approaches capable of overcoming the fragmentation between environmental rights and gender rights within Latin American constitutional frameworks. The central problem addressed by this research lies in the traditionally sectoral treatment of these rights, which hinders the development of integrated legal responses to social and ecological inequalities. In this context, the study aims to analyze how ecofeminist principles can be incorporated into the Constitutions of Brazil, Bolivia, and Ecuador in order to promote an intersectional approach to environmental and gender rights. The relevance of this research is justified by the theoretical and practical contributions of ecofeminism as a critical perspective capable of articulating social justice, environmental protection, and gender equity, particularly in countries characterized by high biodiversity, structural inequalities, and a strong presence of Indigenous peoples and traditional communities. Methodologically, this is a qualitative study of a theoretical-documentary nature, developed through a specialized literature review and a comparative analysis of the constitutional texts of the three selected countries. The results indicate that the Constitutions of Bolivia and Ecuador show a closer alignment with ecofeminist principles, especially through the recognition of the rights of nature, plurinationality, and the valorization of traditional knowledge. By contrast, although the Brazilian Constitution advances in environmental protection and gender rights, it still addresses these dimensions in a fragmented manner. It is concluded that the incorporation of an ecofeminist perspective into constitutional frameworks can strengthen the articulation between environmental justice and gender justice, contributing to the construction of a more inclusive, sustainable constitutionalism committed to human dignity and ecological integrity.

**Keywords:** Ecofeminism; Constitutional Law; Environmental Justice; Gender; Latin America.